

Programa de qualificação profissional do MEC irá integrar a Rede Brasil Mulher

Na tarde dessa quinta-feira (1º), a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Fátima Pelaes, e a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC), Eline Neves Braga Nascimento, estiveram reunidas para discutir a participação do programa de qualificação profissional do Ministério da Educação na Rede Brasil Mulher.

[\(Portal SPM, 01/06/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O conhecimento e a qualificação profissional como agente de transformação social para mulheres em situação de vulnerabilidade. Esse é o objetivo do programa desenvolvido SETEC.

“Estamos articulando junto a vários parceiros, somando esforços, para fazer uma grande transformação social por meio de políticas e ações concretas para as mulheres. Essa iniciativa do MEC, somada a outras ações do Governo Federal, irão ganhar mais força”, sustentou a secretária Fátima Pelaes.

A coordenadora-geral da SETEC, Jussara Maysa Silva Campos, explicou que em 2017 cerca de 7.730 mulheres devem ser beneficiadas no programa por meio de parcerias com as secretarias estaduais.

Uma nova ação do programa é a qualificação de mulheres egressas do sistema prisional. Dois projetos pilotos estão sendo desenvolvidos, em Brasília e no Piauí, sendo ofertados cursos, como: técnico em enfermagem e designer de modas.

“Além de ensinar uma profissão, garantindo a autonomia econômica e muitas vezes quebrando o ciclo da violência, são oferecidas aulas sobre formação cidadã, direitos e saúde da mulher e conhecimentos estratégicos para o empoderamento dessas mulheres”, explicou a coordenadora Jussara.

Em junho será realizada em Brasília a 1ª Oficina Técnica do Rede Brasil Mulher. Deverão participar representantes de todos os parceiros.



“É importante que a reflexão sobre as condições negra e indígena se dê também na Europa e na América do Norte”, afirmou Suelaine Carneiro sobre o resultado das recomendações dos países ao Brasil na Revisão Periódica da Universal da ONU

Em entrevista à Campanha, a especialista coloca a importância do pronunciamento dos países latino-americanos e africanos quanto às questões raciais, analisa as políticas afirmativas no país, e traz um panorama das violações contra as populações negra e indígena a serem monitoradas pelos defensores de direitos humanos no Brasil e no mundo.

Campanha.org, 16/05/2017 - [Acesse o site de origem](#)

Na última terça, 9/5, a Organização das Nações Unidas (ONU) disponibilizou o rascunho do relatório da Revisão Periódica Universal (RPU) de direitos humanos pela qual o Brasil passou na sexta, 5/5, em sua 27ª Sessão. 103 países participaram da sabatina ao Brasil. Desses, 11 fizeram recomendações

sobre relações raciais, pautados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, especialmente no tocante ao combate às discriminações.

No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU. [Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.

Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, ressaltou a importância da reflexão sobre as condições negra e indígena por parte dos países latino-americanos e africanos, mas reiterou que Europa e América do Norte devem também olhar para esse desafio. “É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e para atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras”, reiterou.

Daniel Cara, coordenador geral da Campanha, explicou que, no debate dos planos educacionais, a Campanha argumentou que no Brasil permanece o racismo estrutural. “Os setores conservadores resistiram”, explicou. “Porém, ao ver os dados, a comunidade internacional nos deu razão. Essa é a vantagem da RPU: mostrar que no Brasil o debate educacional está completamente fora de dados básicos de realidade”, reiterou.

ENTREVISTA: SUELAINÉ CARNEIRO

Para aprofundar o assunto, a Campanha conversou com Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, sobre o impacto dessas recomendações e como elas se refletem no contexto brasileiro.

CAMPANHA. Foram 11 recomendações diretamente ligadas às discriminações raciais. Qual a importância de os países darem tanta ênfase à situação do país nessa pauta? Qual o papel desse processo

enquanto instrumento de pressão ao Estado Brasileiro para a concretização de políticas efetivas e para a implementação de fato da legislação referente?

SUELAINÉ. Foi especialmente importante a participação da Campanha na entrega do relatório na ONU, bem como as recomendações que os países fizeram ao governo brasileiro. As 11 recomendações estão diretamente ligadas às questões sobre as discriminações na educação, particularmente o racismo, o sexismo nas questões de gênero, e também nas questões relacionadas com a população indígena.

As questões abordadas dialogam muito com o que os movimentos sociais, quer seja movimento organizado negro e todos os voltados para a educação em direitos humanos, têm defendido e pressionado o governo brasileiro para maior atenção e maior eficácia nas suas ações voltadas para uma educação de qualidade, educação com equidade, e também respeito às identidades raciais, de gênero e sexualidade na educação.

Portanto, as recomendações que Bahamas fez sobre as questões das armas de fogo e a morte de jovens negros é importantíssima no momento em que aqui no Brasil temos feito diversas denúncias, vários dados existem sobre a participação desproporcional de jovens negros mortos por armas de fogo e nenhuma ação concreta é realizada por parte do governo. Temos que lembrar também que nos últimos dias foram vários os incidentes nas unidades escolares do Rio de Janeiro – que teve muita repercussão, onde estudantes foram mortos dentro da escola em confronto entre as forças de segurança do Estado e forças do narcotráfico. É preciso repensar as ações da polícia no combate ao enfrentamento à violência e também em como proteger as crianças.

É também importante a recomendação do Chile para pensar essas políticas de enfrentamento ao racismo e ao preconceito de maneira intersetorial. São ações importantes que também vimos discutindo: como fazer o diálogo intersetorial para que essas medidas tenham eficácia? A Grécia também enfatizou a promoção de políticas para a igualdade racial, sendo preciso pensar um conjunto de políticas.

O Haiti também trouxe a questão das desigualdades de renda. É necessário pensar uma política que aprimore a educação voltada para a população em maior situação de vulnerabilidade em termos de renda, assim como pensar nas questões afro-brasileiras, indígenas e os efeitos sociais do racismo na formação desses estudantes. Muito pouco tem sido pensado em termos de governo brasileiro sobre os efeitos psicossociais do racismo no aprendizado das crianças. Quanto o racismo impacta negativamente na condição de aprendizado desses estudantes?

Uganda traz a necessidade de uma reforma legislativa para aprofundar medidas contra as discriminações de gênero, raça e etnia. Esse conjunto de recomendações estão evidenciando o quanto as violações continuam acontecendo e que os esforços realizados pelo governo brasileiro não são suficientes para uma educação com respeito, igualdade, equidade.

As recomendações demonstram a necessidade de uma reforma legislativa, de um compromisso político, e de ações específicas, quer seja com cotas e outras medidas possíveis para combater as desigualdades na educação. Elas devem ser tomadas de forma muito séria pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação.

E é interessante que os países vêm reafirmar esse compromisso político em um momento em que o governo tem provocado reformas que tornam qualquer medida voltada para a igualdade e o respeito muito difíceis de serem realizadas. Portanto, as recomendações nos auxiliam muito nesse diálogo com o governo em reafirmar a necessidade de compromisso efetivo no combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia, à discriminação contra as mulheres, e violências no sistema educacional.

CAMPANHA. Honduras fez uma recomendação explícita sobre educação: “Aprimorar os esforços para promover, na lei e na prática, a inclusão de afrodescendentes no sistema educacional e no mercado de trabalho através de políticas públicas”. E Namíbia trata de “continuar a colocar em marcha medidas que buscam prevenir a violência e discriminação racial contra afro-brasileiros e proteger sua herança cultural local”.

Como isso se relaciona com a situação hoje das políticas de educação que tratam especificamente da pauta de diversidade étnico-racial e como isso dialoga com a implementação (ou não) da Lei 10639/2003 e da Lei 11645/2008?

SUELAINÉ. Todas as 11 recomendações, de certa maneira, se relacionam com a implementação da Lei 10639/2003, voltada para a educação da história e cultura afro-brasileira e africana e a Lei 11645/2008, voltada para a educação da história e cultura indígena. São dois grupos populacionais, negros e indígenas, que historicamente têm ocupado os piores índices sociais. Há diversas análises históricas que reafirmam a posição de desvantagem social em todos os campos.

Essas duas leis procuram primeiro demonstrar a importância desses grupos na história e cultura do Brasil e suas contribuições, e também reverter o imaginário de preconceito que os colocam como não possuidores de cultura, de contribuições de toda uma história que dignifica seus povos. Portanto, agir contra as discriminações só pode ser feito se valorizarmos esses grupos, colocarmos no mesmo patamar de dignidade e de contribuições como os demais grupos que constituíram a Nação Brasileira.

Atualmente, as ações pela implementação da Lei 10639/2003 estão muito tímidas. Esse momento político vivenciado pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação, tem sido no sentido de eliminar as especificidades dos grupos. Temos percebido que há uma necessidade de diluir as diferenças, homogeneizar novamente a sociedade e ocultar as desigualdades que são baseadas na cor, na etnia, nas condições de vida, nas condições de renda.

A Namíbia enfatiza a questão de proteger a herança cultural. Esse tema, para movimentos negros é extremamente importante. Isso tem acontecido de maneira muito ineficaz ainda na abordagem e na maneira como ela deveria ser assumida pelos sistemas de ensino. Um aspecto do racismo e do preconceito que se manifesta do ambiente escolar é justamente sobre a desvalorização da cultura afro-brasileira e africana. Os sistemas de ensino precisam ensinar seus estudantes que todos os povos que aqui habitam contribuíram e contribuem para a formação dessa nação.

É uma pauta urgente a implementação dessas duas leis. Elas contribuem para a permanência no sistema escolar, para diminuir as violências entre os estudantes. Pensar nessa legislação e promover a igualdade entre brancos, negros, indígenas, em que todos se sintam possuidores de direitos é uma forma também de evitar hierarquizações. É possibilitar que todos, no ambiente escolar, se sintam reconhecidos. É um desafio, mas é, antes de mais nada, uma urgência efetivar a igualdade na educação a partir de uma legislação específica.

CAMPANHA. A Namíbia trata de “continuar a tomar medidas ativas para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras baseada em seu gênero e etnia”; o Paquistão recomenda “redobrar esforços para reduzir o gap entre os afro-brasileiros, especialmente mulheres e a população em geral”; e Ruanda traz a questão de “aprofundar medidas para prevenir e punir o racismo, a discriminação e a violência contra povos indígenas, povos afrodescendentes e a violência contra mulheres e meninas”.

De acordo com dados enviados pelo relatório da Campanha (Síntese dos Indicadores Sociais 2010), as mulheres negras jovens têm as maiores taxas de desigualdade, apresentando uma taxa de desemprego de 25,3% (12,2% superior ao grupo de jovens brancos). Entre os jovens que não estudam nem trabalham, 16,1% são brancos e 20,4% são negros. Novamente, as meninas afro-brasileiras estão em desvantagem, fazendo 28,2% do grupo que não estuda nem trabalha.

Como se dá no Brasil a relação gênero x raça, considerando tais indicadores e também os relativos aos dados de educação - especialmente de exclusão escolar - e como tais recomendações podem ser importantes para a construção de políticas específicas para focalizar nesses desafios de igualdade de gênero e racial?

SUELAINÉ. Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça. Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que

ocupa o pior lugar nos índices sociais. Portanto, é pensar nessa articulação gênero e raça como um elemento de exclusão e hierarquização na sociedade brasileira.

Pensando na educação, durante muitos anos, as mulheres foram proibidas de estudar. A população negra, particularmente, no começo do século XX, é que passa a ter direito a algum tipo de escolarização. São muitas as dificuldades e os impedimentos que marcam esses dois grupos.

O Haiti também traz a defasagem educacional e temos enfatizado a retenção de meninos negros a partir do fundamental II. Se tem uma taxa muito grande de distorção idade-série, particularmente entre os meninos negros. Essa recomendação é vital para pensar a educação como um todo, não só em termos de participação, mas também de que educação está sendo oferecida para esses estudantes e de como reverter o *gap* de gênero, pensando nos meninos de forma especial, que estão de forma geral fora da escola, mas particularmente os meninos negros.

Namíbia pressiona para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras, algo que no momento tem sido crucial. Temos debatido a retirada do Plano Nacional de Educação da palavra “gênero”, o que tem impactado particularmente na realização de uma educação voltada para a igualdade entre homens e mulheres. É uma decisão que prejudica em muito ações de combate à violência no ambiente escolar.

É fundamental que se dê liberdade para que os profissionais da educação abordem gênero e realizem diversas produções sobre o tema, bem como a produção de material didático e paradidático voltados para as questões de identidade de gênero e sexualidade.

O Paquistão também traz esforços para reduzir a defasagem de negros e negras e faz novamente aqui destaque com relação às mulheres. Mulheres particularmente no ensino superior estão confinadas em cursos voltados para questões do cuidado e homens mais concentrados nas questões das exatas, então ainda há uma divisão por sexo no ensino superior, na escolha das carreiras, na definição das profissões. Isso certamente reflete ainda uma herança sexista da educação.

É preciso pensar em como estimular a entrada de mulheres em setores predominantemente dos homens e vice-versa. É preciso reduzir a defasagem entre brancos e negros e também essa desigualdade no acesso às carreiras entre homens e mulheres. É necessário criar um ambiente de respeito para que mulheres tenham novas possibilidades profissionais.

Mas não há de se esquecer que a marca da escravização ainda é muito presente na população negra. E é essa identidade única e exclusivamente que a população brasileira identifica na população negra. Há um conjunto de símbolos e concepções que desvalorizam as pessoas negras e todas as contribuições e possibilidades delas nessa sociedade. São muitos impedimentos de ordem simbólica que, mesmo com a formação educacional, com toda uma trajetória educacional, a presença negra sempre ocupará barreiras por conta das concepções nessa sociedade.

Esses impedimentos simbólicos atuam de maneira muito forte, impedindo a mobilidade social de negros e negras. Além disso, essas condições de vida impactam nas demais condições de se atuar na sociedade: na renda, na moradia, nas condições alimentícias, de lazer, ou seja, a educação é um instrumento importantíssimo, mas ações concentradas de reversão das condições sociais da população negra precisam também estar articuladas com outros campos.

Nesse sentido, as várias recomendações que os países fizeram sobre políticas inclusivas são fundamentais. Somente a partir da política de cotas é que se conseguiu uma participação expressiva de negros no ensino superior, que ainda é ínfima mas teve um salto a partir do momento que foi implementada. Isso significa que havia de fato barreiras para que esse estudante ingressasse no ensino superior. E um conjunto de políticas que possibilitaram a entrada desses estudantes comprovam isso. Portanto, uma ação política voltada para as ações afirmativas também no mercado de trabalho é necessária e complementar.

Honduras traz também a questão do mercado de trabalho. Os dados mostram que no que diz respeito às mulheres negras que tiveram uma evolução, resultados muito importantes na última década na educação, em termos tanto de presença quanto de resultados, há uma aceleração muito alta da

participação de mulheres negras no sistema educacional. Mas quando se analisa os dados do mercado de trabalho, ele não reflete esses esforços que foram realizados pelas meninas e mulheres negras em termos de conclusão dos ciclos. Elas ainda recebem os menores salários e ocupam as posições de menor rendimento e têm uma participação ínfima no que diz respeito a posições de poder e chefia. Pensar educação e mercado de trabalho a partir de políticas públicas de promoção da igualdade racial é extremamente importante.

CAMPANHA. Dos 11 países que fizeram recomendações sobre questões raciais, 7 são de população de maioria negra. Qual a importância simbólica desse dado? Como os países africanos e centro americanos cooperam com o Brasil quanto a políticas para essas questões?

SUELAINÉ. Essa pergunta é muito importante. Ela demonstra essa compreensão dos países africanos e latino-americanos sobre as desigualdades raciais brasileiras.

O Brasil, como sendo o país com a maior população negra nas Américas, demonstra o desafio que representa a equidade racial para os demais países latino-americanos. Em todos os países da América Latina, nós temos também discriminações raciais, racismo, e desigualdades a partir da etnia ou a partir da questão afro. O problema brasileiro é muito maior frente ao número da participação de negros na sua sociedade, mas o desafio da igualdade racial está presente em todos os países das Américas, já que somos países que viveram o comércio transatlântico e a escravização de negros e indígenas. Portanto, há dívidas históricas no que diz respeito às condições dessas populações nos nossos países.

Ter a recomendação de países africanos que começam também a olhar esse desafio da diáspora faz pensar também que as condições de vida de negros para além da África são um assunto que diz respeito a todos os países africanos, assim como negros de diversos países também se preocupam com o que acontece em África.

Ainda, a importante aproximação que o Brasil empreendeu nos últimos anos

com a África é particularmente com os países africanos de língua portuguesa. A própria Campanha também realizou ações conjuntas e que foram importantes para a circulação de informações sobre as condições sociais de negros no Brasil, sobre os desafios educacionais. O diálogo Sul-Sul tem papel fundamental para o fortalecimento das ações da sociedade civil na exigibilidade do direito à educação e de uma educação para a igualdade.

Os países da América Latina também têm essa grande demanda no que diz respeito às questões indígenas. Assim como o Brasil, os outros países latino-americanos também têm esse mesmo desafio de promover a igualdade, o respeito, a valorização, o direito à vida das populações negras e indígenas.

Sem dúvida nenhuma, o grande desafio é a garantia da terra. Terras indígenas que são valiosas; aqui no Brasil terras também quilombolas são muito valiosas e que estão em disputa. Esses grupos têm sido espoliados de suas terras, de suas riquezas, considerados povos que não contribuem para o Brasil. A cobiça e o interesse por suas terras têm provocado morte, sofrimento, doenças, fome nesses territórios.

Então, é muito importante que essa reflexão sobre as condições negra e indígena se dê para todos os países latino-americanos, africanos, mas particularmente para a Europa, América do Norte. É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e de atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

Relatores da ONU classificam ‘Escola sem Partido’ como ‘censura’

Em protesto enviado ao governo, peritos das Nações Unidas alertam para as violações que os projetos podem representar e os impactos negativos na educação; coordenador do movimento diz que críticas são ‘absurdas’

Em documento enviado nesta quinta-feira, 13, ao governo brasileiro, relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) denunciam as iniciativas legislativas no País com base no Programa “Escola sem Partido” e alertam que, se aprovadas, as leis podem representar uma violação ao direito de expressão nas salas de aulas e uma “censura significativa”. A manifestação foi enviada ao governo de Michel Temer pelos relatores da ONU para Liberdade de Expressão, David Kaye, pela relatora para a Educação, Boly Barry, e pelo relator de liberdade religiosa, Ahmed Shaheed.

[\(O Estado de S.Paulo, 13/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O centro do alerta são dois projetos de lei que estão no Congresso e que, se forem aprovados, os relatores da ONU consideram que representarão uma “restrição indevida ao direito de liberdade de expressão de alunos e professores no Brasil”, com um impacto no ensino no País em diversos temas.

Leia mais: [ONU alerta para impactos do projeto Escola sem Partido na educação brasileira \(Agência Brasil, 13/04/2017\)](#)

A ONU já acompanhava o assunto há meses. Mas decidiu agir depois que o vereador de São Paulo Fernando Holiday (DEM) passou a visitar escolas para “inspecioná-las”, temendo que a iniciativa ganhasse força e impulsionasse os projetos de lei. ONGs brasileiras alertaram para o caso e os relatores decidiram enviar a carta ao governo, pedindo medidas e esclarecimentos. Na

prática, o poder da ONU se limita ao de constranger um país. Se não ficar satisfeita com a resposta, a relatoria da ONU pode levar o caso ao Conselho de Direitos Humanos para criticar o País em público.

Para os relatores, se aplicadas, as leis serão ainda consideradas como uma “censura significativa”. Na avaliação deles, os projetos vão “restringir o direito do aluno de receber informação” e abrem brechas “arbitrárias” para que autoridades e os pais interfiram nas escolas. Os relatores pedem que os projetos sejam revistos para que atendam aos padrões internacionais de direitos humanos.

Os representantes da ONU ainda deram um prazo de 60 dias para que o governo responda se existe algum tipo de evidência empírica que sugira a necessidade da aplicação da lei da “Escola sem Partido” no Brasil. O grupo também deixa claro que, se aplicado, o programa representará uma “violação” dos compromissos assumidos pelo País em educação e liberdades.

O princípio do projeto é o de incluir os fundamentos do “Escola sem Partido” nas diretrizes e bases da educação nacional. O intuito é que as leis sejam estabelecidas para impedir que professores promovam suas crenças políticas ou religiosas em sala de aula e mesmo que incitem estudantes a participarem de protestos.

Orientação sexual. Outro fato que chamou a atenção da ONU foi a retirada, no dia 6 de abril, do termo “orientação sexual” dos textos dos currículos escolares que foram entregues ao Conselho Nacional de Educação.

Para os relatores ONU, os projetos de lei “geram preocupações com relação à interferência no direito à liberdade de expressão de professores e educadores”. Na avaliação dos relatores, o projeto não traz definições sobre o que seria “neutralidade religiosa e política” e apenas apresenta conceitos, sem qualquer tipo de esclarecimento.

De acordo com os peritos, os textos, portanto, podem impedir qualquer tipo de discussão sobre gênero e diversidade sexual, o que é “fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofobias por estudantes”.

No campo religioso, alguns dos projetos abrem a possibilidade para que os

país possam determinar como outras religiões que não as suas sejam ensinadas. Cerca de nove estados brasileiros tinham projetos sendo debatidos em suas câmaras legislativas, além dos dois textos também no Congresso em Brasília.

Outro alvo de críticas é a falta de definição sobre o que seria “doutrinação ideológica”, que deixa margem para interpretação e permite que “virtualmente qualquer prática educacional de um professor possa ser classificada como doutrinação e fará a escola uma continuação do ambiente doméstico, e não uma instituição de educação”.

O documento ressalta que, sem definição, a lei permite que “virtualmente qualquer prática pode ser condenada” e pode “prevenir o desenvolvimento de um pensamento crítico entre estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que é exposto em aulas”.

Procurado pelo Estado, o coordenador do movimento Escola sem Partido, o procurador Miguel Nagib diz que as críticas são “absurdas”. “Convidamos a ONU para expor seus pontos de vista na comissão especial do Escola sem Partido, mas não foram e não mandaram ninguém no lugar. E agora, aparecem esses relatores, que dão opiniões absolutamente desinformadas sobre o projeto?”, disse.

Nagib destacou que “não faz sentido” dizer que o projeto vai contra os direitos humanos, já que parte do texto foi inspirada na Convenção Interamericana de Direitos Humanos que diz, em um dos artigos, que “os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja em acordo com suas próprias convicções”. “O projeto repete isto com praticamente as mesmas palavras. Como podem dizer que ele (o projeto) viola direitos humanos? Acho muito estranho uma coisa dessas”. Ele disse ainda que o documento da ONU “desinforma” a opinião pública ao dizer que o projeto censura o professor. “O texto ainda está sendo debatido na comissão especial e sendo aprimorado. Na versão atual do nosso anteprojeto, a expressão doutrinação nem aparece mais, porque chegamos à conclusão de que era uma expressão ampla demais, para o bem da clareza e segurança jurídica. Tudo está sendo debatido ainda. Não é correto atacarem o parlamento dessa maneira sendo que tiveram a

oportunidade de participar do debate”.

No campo religioso, alguns dos projetos abrem a possibilidade para que os pais possam determinar como outras religiões que não as suas sejam ensinadas. Cerca de nove estados brasileiros tinham projetos sendo debatidos em suas câmaras legislativas, além dos dois textos também no Congresso em Brasília.

Os relatores também criticam os artigos que tratam de “propaganda política-partidária” e a responsabilidade dos professores. Segundo eles, sem uma definição, o texto poderia levar a uma “restrição aos direitos de liberdade de expressão dos professores”. “Um professor poderia estar violando a lei apenas por conta de consideração subjetiva de pais e autoridades sobre a prática de propaganda política”. Isso pode impedir, segundo a ONU, o debate de temas como diversidade e direito de minorias.

Os peritos denunciam ainda o fato de que o projeto de lei prevê punições, uma vez mais apontando para os riscos para liberdade de expressão. Ao não trazer definições sobre seus conceitos, os projetos de lei podem criar uma “arbitrariedade” em sua aplicação.

“Educadores podem ser punidos por ensinar assuntos que sejam controversos, incluindo política, ciência, história, religiões e educação sexual”, alertou a carta dos relatores ao governo.

Os relatores defendem que crianças sejam de fato protegidas de uma indocinação. Mas as opções políticas sugeridas pelo projeto limitariam a informação a qual as crianças nas escolas estão expostas e, de fato, podem “restringir direito a liberdade de expressão”.

Na avaliação dos relatores, a aprovação da lei pode impedir que estudantes brasileiros tenham uma educação ampla e apontam que, numa sociedade livre, a educação precisa apresentar “diversos fatos e perspectivas”. Para eles, se aprovadas, portanto, as leis “violariam” as regras internacionais e “limitariam informação e ideias que educadores podem trazer aos estudantes sobre culturas, governos, políticas, religião, normas sociais, evolução e educação sexual”.

Reações. A carta da ONU ao governo foi comemorada por entidades que faziam oposição aos projetos de lei. “O Escola Sem Partido, ao limitar a liberdade de cátedra e ao tentar submeter a educação escolar à moral dos pais, ofende o princípio da liberdade de expressão, alimenta preconceitos e torna as aulas medíocres, pois os professores não se sentem tranquilos para ensinar sob verdadeiros tribunais pedagógicos”, disse Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

“Um tribunal pedagógico tentou ser estabelecido pelo vereador Fernando Holiday em São Paulo e o mesmo fez o MEC recuar ao tirar da Base Curricular as questões de gênero e orientação sexual. E corremos o risco desses tribunais pedagógicos dominarem a educação brasileira. Por isso, é essencial e oportuna a manifestação da ONU”, disse.

Fernanda Lapa, coordenadora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), ao discursar na ONU na semana passada apontou para o fato de que “problemas éticos e jurídicos do Programa Escola sem Partido já foram inclusive reconhecidos pelo Ministério da Educação dizendo que viola diversos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como pelo próprio Supremo Tribunal Federal do Brasil que afirmou a inconstitucionalidade da lei (inspirada no Escola sem Partido) aprovada em Alagoas”.

“O ministro Barroso afirmou que o direito humano à educação visa ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e à capacitação para a vida e cidadania, o que também está previsto em tratados internacionais que o Brasil é parte. Com isso fica evidente que esses projetos violam as nossas leis tanto no âmbito interno como no internacional”, disse Fernanda.

Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), também destaca a importância do posicionamento dos relatores da ONU.

“Desde a emergência do projeto Escola sem Partido temos realizado as denúncias junto à ONU e OEA, mas os fatos anunciados na última sexta-feira no Brasil geraram grande repercussão em Genebra nas reuniões que realizei

para a atualização de dados nesta semana junto às relatorias especiais da ONU e também diplomatas”, disse.

“O mais grave e impactante foi o anúncio da retirada pelo MEC das questões de gênero e orientação na base curricular, o que foi na contramão das recomendações feitas ao Brasil pela ONU por meio do Comitê sobre os Direitos da Criança - órgão máximo de monitoramento do direito da infância no mundo - que explicitamente recomenda ao Brasil decretar legislação para proibir a discriminação e a incitação de violência com base na orientação sexual e na identidade de gênero e dar sequência ao projeto “Escolas sem Homofobia”, justamente o oposto do Escola sem Partido”, afirmou.

Contatado pelo Estado, o MEC informou que tanto o ministro Mendonça Filho como a secretária executiva Maria Helena Guimarães já se manifestaram publicamente contrários o Escola Sem Partido. Sobre a retirada do termo orientação sexual, o MEC “lamenta que a ONU tenha confundido o documento da BNCC com textos dos currículos escolares”.

Ao Estado, o vereador Holiday rebateu as críticas, por meio de sua assessoria de imprensa. “‘Tribunal pedagógico’ é uma definição tola, mas muitos preferem falar antes de ouvir ou conhecer. Se o proposto não for o ideal, procuraremos aperfeiçoar o projeto, mesmo sabendo que a ONU não costuma valorizar a liberdade e a autoridade da família, ao contrário de mim”.

Sobre suas ações em escolas paulistanas terem motivado o envio da carta, o vereador afirmou ainda que isso mostra que seu mandato “é influente e trabalha” e diz esperar, com isso, “chamar atenção da ONU para casos importantes, como o abuso de crianças e adolescentes”.

Jamil Chade e Luiz Fernando Toledo

Ministério tira ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ da base curricular

Sem alarde, o Ministério da Educação alterou o texto da nova versão da base nacional curricular e retirou todas as menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”. O recuo ocorreu após divulgar a jornalistas uma versão prévia do documento que servirá como referência sobre o que deve ser ensinado em todas as escolas públicas e privadas do país.

[\(Folha de S.Paulo, 06/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A mudança aparece em versão atualizada do documento divulgada na tarde desta quinta-feira (6) no site oficial da base. Uma versão anterior, onde as expressões ainda apareciam, havia sido divulgada com embargo a jornalistas na terça (4).

Leia mais:

[“É preciso falar de gênero nas escolas”, diz cientista social Sylvia Cavasin \(ONU Mulheres, 08/04/2017\)](#)

[MEC suprime expressão ‘orientação sexual’ de texto sobre base curricular \(O Globo, 06/04/2017\)](#)

Com a alteração, ao menos três trechos da proposta final da base, entregue oficialmente nesta quinta ao Conselho Nacional de Educação, excluíram a referência inicial à necessidade de respeito à “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

A primeira mudança aparece em um capítulo que fala sobre a importância da base para que o país tenha “equidade” e “igualdade” no ensino.

Dizia o trecho do documento inicial, na página 11: “A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade

de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

Já na versão atual, disponível no site da base curricular, a frase foi modificada para “a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

COMPETÊNCIAS

Em outra passagem, a mudança ocorre quando há referência às dez competências gerais que devem ser desenvolvidas durante o aprendizado no ensino fundamental.

A nona, até terça-feira, era: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer”.

A referência à “orientação sexual”, porém, já não consta no novo documento disponível no site da base nacional curricular.

Outra passagem alterada ocorre na unidade temática “Vida e evolução”, especificamente no eixo “Vida e sexualidade”, previsto para o ensino de ciências do 8º ano do ensino fundamental.

Até então, o documento da base distribuído aos jornalistas trazia entre as “habilidades” a serem desenvolvidas nos alunos a capacidade de “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de

orientação sexual”.

Já o novo trecho indica que o aprendizado nesta etapa deverá “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero”.

OUTRO LADO

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que o documento “passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias”. Segundo a pasta, o texto encaminhado a membros do Conselho Nacional de Educação na quarta-feira (5) já contém os ajustes.

“O documento apresentado à imprensa (04/04) de forma embargada com antecipação, em função da complexidade do assunto, passou por uma última revisão. Em momento algum as alterações comprometeram ou modificaram os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular”, disse.

Ainda de acordo com a pasta, a nova versão “preserva e garante como pressupostos o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos”.

“A BNCC estabelece competências a serem alcançadas para todos os alunos, desenvolvidas em todas as áreas e por componentes curriculares que seguem as diretrizes das competências do sec. 21. Essas competências pressupõem que o aprendizado não se restringe mais ao desenvolvimento cognitivo e que os alunos devem aprender a resolver problemas, a trabalhar em equipe com base em propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Tudo isso, sempre, respeitando a diversidade”, finaliza.

A ausência de uma referência mais frequente na nova versão da base curricular à questão de gênero, no entanto, já havia sido informada pela secretária-executiva da pasta, Maria Helena Guimarães, como uma “opção”

da pasta, que não quer ser “nem a favor nem contra”.

“Não trabalhamos com questão de gênero. Trabalhamos com respeito à pluralidade, inclusive do ponto de vista de gênero, raça, tudo. Inclusive fomos até procurados por quem defendia ideologia de gênero e outros contra. Mas não queremos nem ser a favor nem contra. Somos a favor da pluralidade, da abertura, da transparência e da lei”, disse na terça-feira. Na época, porém, o texto ainda continha as citações agora retiradas.

*NATÁLIA CANCIAN
DE BRASÍLIA*

Redações de alunas no Enem chamam atenção com relatos vívidos de agressão

(Correio Braziliense, 12/01/2016) Em meio às 5,5 milhões de redações corrigidas, sobre a persistência da violência contra a mulher no Brasil, escritas por alunos que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no ano passado, 55 textos alertaram os examinadores. Continham relatos vívidos de agressão e assédio — que poderiam ser, na realidade, depoimentos. Diante da preocupação, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vão oferecer, nas páginas oficiais na internet, orientações para quem deseja fazer denúncias por meio do Ligue 180, número da Central de Atendimento à Mulher.

Leia também:

[Estudante do Pará alcança 1000 pontos na redação do Enem \(G1/Pará, 09/01/2016\)](#)

[55 mulheres escreveram relatos ‘contundentes’ de violência no Enem \(O](#)

[Estado de S. Paulo - 11/01/2016\)](#)

[Redações de alunas no Enem chamam atenção com relatos vividos de agressão \(Correio Braziliense - 12/01/2016\)](#)

[104 alunos tiveram nota mil na redação do Enem, aponta MEC \(G1/Educação - 11/01/2016\)](#)

[Mulheres usam redação do Enem para denunciar casos de violência \(Agência Brasil - 11/01/2016\)](#)

Leia a íntegra no Portal Compromisso de Atitude: [Redações de alunas no Enem chamam atenção com relatos vividos de agressão \(Correio Braziliense, 12/01/2016\)](#)

Deputadas defendem discussão sobre gênero para combater violência contra a mulher

(Jornal do Brasil, 10/11/2015) Deputadas defenderam que questões relativas a gênero sejam discutidas na escola, como forma de ajudar a combater a violência contra a mulher e a discriminação. A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) salientou que o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/14) não proíbe a discussão sobre gênero.

“A cada 1 hora e 50 minutos, uma mulher é morta no Brasil. Nós não podemos falar nisso porque isso é ideologia de gênero?”, questionou. “Se um país está matando suas mulheres, esse tema tem que ser tratado sim nas escolas. O Ministério da Educação não deve ceder a pressões contrárias a isso”, completou. Para ela, o respeito à diversidade e às minorias também devem ser tratados na escola.

Leia também: [Discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas](#)

[divide opiniões em audiência \(Agência Câmara, 10/11/2015\)](#)

A parlamentar participa de audiência pública na Comissão de Educação sobre a inclusão da discussão de gênero entre as diretrizes da Conferência Nacional de Educação de 2014. Os deputados que solicitaram a audiência argumentam que essa diretriz contraria decisão do Congresso, que, ao analisar o PNE, retirou a questão de gênero e orientação sexual do texto, por considerá-la inadequada ao ambiente escolar.

“A Constituição brasileira diz que nós devemos lutar contra qualquer tipo de discriminação”, disse a deputada Margarida Salomão (PT-MG). Ela defendeu os movimentos ideológicos que desconstroem as teorias machista, racista e patriarcal, também ideológicas. E ressaltou que a Conferência Nacional de Educação é autônoma em relação ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional, e que, se não fosse, não teria utilidade.

Agência Câmara

Acesse no site de origem: [Deputadas defendem discussão sobre gênero para combater violência contra a mulher \(Jornal do Brasil, 10/11/2015\)](#)

Debate sobre gênero visa escola acolhedora

(A Tarde, 27/09/2015) A inclusão de estratégias visando combater a discriminação e desigualdade de gênero nos planos estaduais e municipais de educação tem provocado debates no país. Mesmo não sendo contemplado no Plano Nacional de Educação, gestores da rede estadual e municipal foram orientados pelo Conselho Nacional de Educação a abordarem a temática como forma de reprimir manifestações de violência e evasão escolar de crianças e adolescentes que fogem ao padrão heteronormativo.

Após as discussões terem se fortalecido em várias instâncias sociais, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Comitê de Gênero com a finalidade de formular e avaliar políticas educacionais que contemplem, entre outras coisas, a formação de professores acerca do tema. Porém, após pressão da bancada religiosa, o MEC removeu a palavra 'gênero' do grupo, que passou a se chamar Comitê de Combate à Discriminação.

O Plano Estadual de Educação da Bahia, em fase de avaliação, possui quatro estratégias voltadas a atender as questões de gênero, contemplando professores, ensino fundamental e médio.

Os textos, elaborados pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA), incluem, entre outras coisas, “assegurar que a diversidade de gênero seja objeto de tratamento didático-pedagógico”, e ainda que a “diversidade e orientação sexual sejam tratadas como temáticas nos currículos de formação inicial e continuada de professores, sob égide do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”.

Segundo o diretor-geral do Instituto Anísio Teixeira e presidente do FEE-BA, Nildon Pitombo, a elaboração do plano foi respaldada em diretrizes da ONU e OEA (Organização dos Estados Americanos).

Direitos humanos

“Com base jurídica e institucional dessas organizações, que se consolidam por diretrizes dos direitos humanos, a elaboração do plano não apresentou dificuldades”, conta, acrescentando que não houve manifestações contrárias, pois o plano foi uma “construção coletiva” e para esta pauta, contou com a participação do Fórum Baiano LGBT.

Segundo a pesquisadora baiana em produtos culturais, educação e sexualidade, Denise Bastos, a escola é o “lugar ideal” para discutir o assunto.

“A escola é onde a criança passa a ter suas primeiras experiências sociais e com pessoas de sua idade, mas que são diferentes dela. Então, eu acho que a questão de gênero deveria estar, sim, nos planos educacionais. Sei que é um desafio para as escolas, mas este é o lugar que nos permite aprender, desafiar e discordar”, afirma.

Para a psicopedagoga Ivana Braga, tratar de sexualidade e gênero no ambiente escolar é contribuir na constante construção social. “A questão de gênero perpassa por muitos aspectos sociais, iniciando nas cores e estendendo-se às brincadeiras. Menina não brinca de carrinho, menino não brinca de boneca. Os prejuízos neste exemplo são grandes, pois não se desconsidera que a menina será motorista um dia, assim como o menino será pai. Quando se fala que a escola reproduz a sociedade não é uma falácia. Cabe à escola inserir este tema no seu cotidiano, tratando-o de forma natural e trazendo-o para a formação de pais para que estes também saibam lidar com as situações de forma acolhedora”.

Ainda segundo Ivana, quando a criança não tem a sensação de pertencimento, acaba tendo o desempenho escolar afetado. “O desempenho escolar não se refere apenas a sua capacidade intelectual em lidar com problemas ou conteúdos, mas também às questões emocionais. A dificuldade de identificação com um gênero está ligada a sua formação psíquica e, por isso mesmo, traz influências ao processo de aprendizado”, afirma.

Atraso

A psicóloga e coordenadora do grupo de trabalho relações de gênero e psicologia do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Helena Miranda, considera que a educação brasileira está atrasada e que há um longo caminho a percorrer a favor do respeito da diversidade.

“Entendo que, em um contexto de violação de direitos humanos como este que se apresenta, a educação pode funcionar como área estratégica para estudo, orientação e enfrentamento no que tange ao respeito à diversidade e às diferenças de gênero. Não podemos ser omissos. Precisamos respeitar as especificidades de cada sujeito e reconhecer que cada um vivencia o seu gênero e a sua sexualidade de forma singular, desvinculada de uma concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico, gênero e desejo sexual”, avalia Helena.

Até o fechamento desta edição, a Secretaria Municipal de Educação de Salvador, contactada pela reportagem, não se manifestou sobre como o tema vem sendo tratado no plano de educação da capital.

Adriane Primo

Acesse no site de origem: [Debate sobre gênero visa escola acolhedora \(A Tarde, 27/09/2015\)](#)

Ministério da Educação cede à pressão de religiosos e destitui o Comitê de Gênero

(Brasil Post, 23/09/2015) Doze dias após criar o Comitê de Gênero, o Ministério da Educação cedeu às pressões da bancada religiosa e o alterou para o inespecífico Comitê de Combate à Discriminação. Mais uma vez, a pasta enfrentou o mesmo problema do Plano Nacional de Educação (PNE), que só foi aprovado na Câmara dos Deputados com a retirada da palavra “gênero” do documento.

O comitê, inicialmente, se propunha a atender a “necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero”, a adotar “conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero” e a promover “os direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência”.

Após a alteração, porém, suas responsabilidades relacionadas a questão de gênero foram extintas e as normas passaram a ser relacionadas à “igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, com o objetivo de promover “a cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade”.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 916, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

ANTES

Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

O art. 5º da Constituição, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - entendendo-se, aqui, inclusive as diferenças e diversidades entre mulheres e homens;

A necessidade de adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero; e

O papel fundamental da escola na constituição de uma cultura dos direitos humanos e de enfrentamento de toda forma de discriminação, inclusive as relacionadas a discriminações por gênero resolve:

Art. 1º Fica instituído Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Compete ao Comitê de Gênero:

I - propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais, com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência;

PORTARIA Nº 949, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

DEPOIS

Institui Comitê de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

O art. 5º da Constituição, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; ?

O papel fundamental da educação na constituição de uma cultura dos direitos humanos, de paz e de combate de toda e qualquer forma de discriminação; resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 916, de 9 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído Comitê de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Compete ao Comitê: ?

I - propor diretrizes e apresentar subsídios técnicos e políticos para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas que visem à garantia do direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais relativos ao combate das diversas formas de preconceito, discriminação e violência;

Mesmo depois do MEC ceder às pressões, parlamentares das bancadas continuam insatisfeitos com a “insistência” da pasta em tratar da “ideologia de gênero” nas escolas. Uma comitiva formada por quatro deputados da bancada católica se reuniu com o ministro Renato Janine Ribeiro, na manhã desta quarta-feira (23) para criticar a conduta do órgão.

Segundo o deputado Eros Biondini (PTB-MG), o encontro com o ministro ocorreu para cobrar “coerência em relação ao PNE”. Flavinho (PSB-SP) argumentou que a inclusão do gênero no PNE está sendo uma constância nos estados. “É muito persistente a ação para que seja implantada a ideologia de gênero nos planos de educação contrariando o Legislativo, que já legislou sobre o tema e já deu um parecer contrário a ideologia de gênero nas nossas escolas.”

Os deputados também reclamaram com o ministro da postura do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), que se manifestou contra a alteração do comitê.

Em nota, o Ministério da Educação não explicou a alteração e afirmou que “dialoga constantemente para atender os pleitos de minorias. O trabalho realizado tem o objetivo de elaborar mecanismos de apoio contra toda sorte de discriminação e acompanhar políticas públicas voltadas para a proteção

dos direitos humanos”.

Segundo a pasta, foi neste contexto que se deu a criação de um Comitê de Combate à Discriminação, que centralizará todas as ações políticas nessa área. “Esta medida representa um avanço na articulação das ações de fortalecimento da inclusão e da diversidade, algo sempre reivindicado pelos militantes de direitos humanos.

De Grasielle Castro

Acesse no site de origem: [Ministério da Educação cede à pressão de religiosos e destitui o Comitê de Gênero \(Brasil Post, 23/09/2015\)](#)

Professores do Pedro II adotam termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes sem definir gênero

(O Globo, 22/09/2015) Docente recorre a palavra sem artigo “a” e “o” em cabeçalho de prova, enquanto coordenador prega aviso na parede

O “x” pode deixar de ser a principal letra usada na matemática para se tornar protagonista em diferentes disciplinas escolares. O uso da letra para suprimir gêneros não é novo. Movimentos feministas e LGBTs já pregam a utilização de termos como “médicx”, “enfermeirx” e “advogadx”. A novidade está no recurso em ambientes escolares. No Colégio Pedro II, em São Cristóvão, o “x” no lugar das letras “a” e “o” já está em avisos institucionais em murais e em cabeçalhos de provas. Para especialistas, é importante o debate sobre gênero, mas eles sugerem cuidado ao se decidir quando fazer isso.

— A alteridade faz parte do universo escolar. Por isso, é importante o jovem já saber isso no colégio. A questão é que o aprendizado é feito em etapas. O

estudante precisa primeiro entender o que é gênero e sua aplicação linguística para depois debater sobre ela. É necessário, portanto, pensarmos em que momento esta discussão e estas supressões de gêneros nas palavras devam ser iniciadas —afirma Anna Fernandes, pedagoga especializada em alteridade pela UFRJ.

No Pedro II, as primeiras menções ao termo “alunxs” foram feitas pelo grêmio do colégio em seus jornais e informes. A atitude chamou atenção do professor de Biologia Alex Von Sydow que, ao conversar com os estudantes, soube que este assunto já estava sendo tratado em outras aulas como a de Sociologia.

— Com isso, comecei a tratar sobre o assunto de forma interdisciplinar nas minhas aulas. Em uma prova, como resultado deste processo, coloquei “alunxs” no cabeçalho. Na hora da aplicação não teve resistência mas depois alguns estudantes riscaram o termo e colocaram “aluno”. Foram poucos e isto é natural — afirma Alex.

O colégio afirma que não indica e nem proíbe o uso de termos em que o gênero é suprimido. Na entrada de uma de suas unidades, um aviso para falar de mudanças no cotidiano devido a uma obra, assinada pelo coordenador de disciplina Raul Oliveira, já adere, logo no começo, com “Prezadxn alunxs”. O Ministério da Educação afirma que há indicações para comportamentos que visem preservar a alteridade de gênero, como garantias de banheiros de acordo com a identidade de gênero, mas que não há nenhuma determinação sobre o uso de termos como “alunxs”.

O que é apontado pelos professores é que um debate não pode se sobrepor ao próprio aprendizado. Alex acredita que este tipo de discussão deve ser feita nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, ambientes onde os estudantes possuem mais maturidade para este processo de desconstrução. A professora Anna Fernandes concorda com esta postura.

— Nas séries iniciais, é necessário saber que existe o gênero e as letras que o regem em nossa sociedade. Essa discussão já é um passo para mostrar uma primeira alteridade. Existe eu e existe o outro, que pode ser de um gênero diferente do meu. Ou seja, é um passo de cada vez.

Apesar desta indicação, o aviso sobre mudanças no dia a dia devido as obras no colégio Pedro II estava na porta da unidade que trabalha com as séries do primeiro segmento do ensino fundamental.

Raphael Kapa

Acesse no site de origem: [Professores do Pedro II adotam termo 'alunxs' para se referir a estudantes sem definir gênero \(O Globo, 22/09/2015\)](#)

Campanha #IncluiComunicação pública ganha site

(FNDC, 21/09/2015) Lançada no início deste mês pelo Observatório Latino Americano da Indústria de Conteúdos Digitais-OLAICD, a iniciativa mobiliza estudantes, professores, pesquisadores, militantes e profissionais, entre outros

A campanha Inclui Comunicação Pública, pela adoção da disciplina comunicação pública nos cursos superiores de Comunicação, colocou no ar, neste domingo (20), [o site IncluiComPública](#). O objetivo é ampliar a visibilidade do esforço, noticiar os avanços e facilitar as manifestações de apoio, que podem ser enviadas em forma de arquivo de texto, de fotos ou vídeo.

A campanha foi lançada nacionalmente por quatro pesquisadores ligados ao Observatório Latino Americano da Indústria de Conteúdos Digitais-OLAICD, no dia 6 de setembro, durante o XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, no Rio de Janeiro. Um manifesto pela inclusão da disciplina foi publicado, ao lado da divulgação de fotos e vídeos de apoio de professores e estudantes de todo o país.

Outra estratégia foi abrir uma petição na Internet, dirigida ao Ministério da Educação e ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras , que segue colhendo assinaturas. Já manifestaram apoio - e se envolvem de diferentes maneiras - o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, o vice-presidente da EBC, Sylvio Andrade, o presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público, Jefferson Melo, entre outros.

A primeira fase da campanha Inclui Comunicação Pública segue até outubro, quando todas as universidades deverão entregar suas novas grades curriculares para o MEC. Coordenam a mobilização os pesquisadores do OLAICD Cosette Castro, Alberto Perdigão, Alice Campos e Álvaro Benevenuto. Contatos podem ser feitos pelo site, pela fanpage (link logo abaixo) ou pelo e-mail incluicomunicacaopublica2015@gmail.com.

Acesse no site de origem: [Campanha #IncluiComunicação Pública ganha site \(FNDC, 21/09/2015\)](#)